


UFRGS
EDITORA

estudos culturais em educação

 mídia  arquitetura
 brinquedo
 biologia  li-
teratura  cinema...



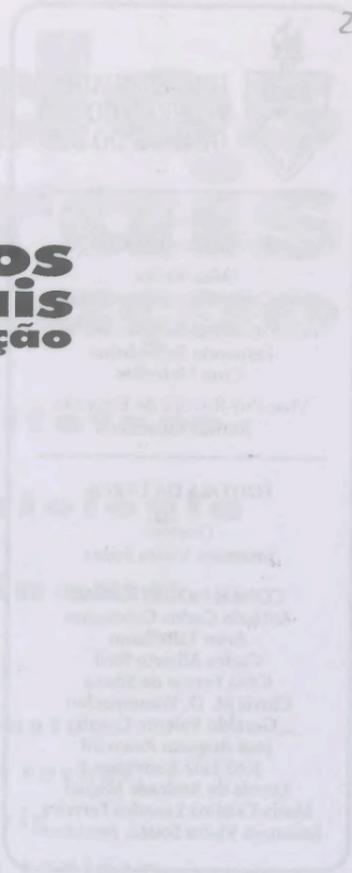
marisa vorraber costa
organizadora

segunda edição

Os estudos apresentados neste livro compõem um conjunto de análises culturais, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, voltados para o exame da produtividade dos artefatos da cultura na constituição de identidades e subjetividades. Eles se inscrevem no panorama de uma perspectiva de pesquisa que se constituiu na segunda metade do século XX, denominada Estudos Culturais. A marca peculiar deste enfoque que nos tem ajudado a pensar as questões da educação e da pedagogia neste limiar de milênio é a centralidade da cultura, tomada não em perspectiva estética ou humanista, mas política. Isto quer dizer que não se trata de abordar a cultura no sentido estrito de acumulação de saberes ou de processo estético, intelectual e espiritual, mas de compreendê-la, como nos ensina o jamaicano Stuart Hall, a partir da enorme expansão de tudo que hoje está associado a ela, e do seu papel constitutivo em todos

ESTU
E83c
2.ed.

estudos culturais em educação



RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-Reitor de Extensão

**Fernando Setembrino
Cruz Meirelles**

Vice-Pró-Reitora de Extensão

Renita Klüsener

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Jusamara Vieira Souza

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Carlos Guimarães

Aron Taitelbaun

Carlos Alberto Steil

Célia Ferraz de Souza

Clovis M. D. Wannmacher

Geraldo Valente Canali

José Augusto Avancini

José Luiz Rodrigues

Lovoís de Andrade Miguel

Maria Cristina Leandro Ferreira

Jusamara Vieira Souza, presidente

Editora da UFRGS • Av. Paulo Gama, 110, 2º andar - Porto Alegre, RS - 90040-060 - Fone/fax (51) 3316-4090 - editora@ufrgs.br - www.editora.ufrgs.br • **Direção:** Jusamara Vieira Souza • **Editoração:** Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Carlos Batanoli Hallberg (bolsista), Fernando Piccinini Schmitt, Gabriela Carvalho Pinto (bolsista) e Luciane Santos de Souza (bolsista) • **Administração:** Najára Machado (coordenadora), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias e Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga; suporte administrativo: Ana Lucia Wagner, Jean Paulo da Silva Carvalho, João Batista de Souza Dias e Marcelo Wagner Scheleck • **Apoio:** Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

estudos culturais em educação

mídia † arquitetura

brinquedo † biologia

literatura † cinema...

alfredo veiga-neto

cristianne famer rocha

elí henn fabris

luís henrique dos santos

maria isabel bujes

marisa vorraber costa (org.)

marise basso amaral

norma regina marzola

rosa hessel silveira

segunda edição


UFRGS
EDITORA

RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS

© dos autores
1ª edição: 2000

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Mônica Ballejo Canto
Editoração eletrônica: Jair Otharan Nunes

E82 Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... / organizado por Marisa Vorraber Costa; Alfredo Veiga-Neto... [et al.]. – 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Inclui referências.

1. Educação – Pedagogia. 2. Educação – Estudos culturais – Análises. 3. Educação – Magistério – Política cultural. 4. Estudos culturais – Mídia – Educação. 5. Estudos culturais – Arquitetura. 6. Estudos culturais – Literatura. 7. Estudos culturais – Educação infantil – Brinquedo. 8. Estudos culturais – Biologia. 9. Estudos culturais – Cinema. I. Costa, Marisa Vorraber. II. Veiga-Neto, Alfredo.

CDU 37.012(081.1):316.774
37.012(081.1):372
37.012(081.1):573
37.012(081.1):72
37.012(081.1):791.43
37.012(081.1):82

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Ana Lucia Wagner – CRB 10/1396)

ISBN 85-7025-748-1

Nº de registro: 1042

Nº de obra: 386

Data: 11/12/2009

Capítulo 1

Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares

Marisa Vorraber Costa

Saberes nômades, que migram de uma disciplina para outra, de uma cultura para outra, que percorrem países, grupos, práticas, tradições, e que não são capturados pelas cartografias consagradas que têm ordenado a produção do pensamento humano — eis uma descrição que parece provisoriamente adequada para me referir ao *ethos* contingente do que tem sido denominado de Estudos Culturais, ou *Cultural Studies*, em sua versão contemporânea.

Um passeio pelos relatos sobre seu aparecimento, no quadro dos saberes que se constituíram nesta segunda metade do século XX, nos permite registrar sua emergência em estudos inspirados num sentimento que rompe com o fluxo — usualmente tomado como óbvio — das assim chamadas “alta cultura” para a “baixa cultura”. Tal como se pode observar hoje, especialmente naquelas manifestações alinhadas entre as análises pós-modernas e pós-estruturalistas, os Estudos Culturais inscrevem-se na trilha de deslocamentos que obliteram qualquer direção investigativa apoiada na admissão de um lugar privilegiado que ilumine, inspire ou sirva de parâmetro para o conhecimento. Sua realização mais importante provavelmente seja a de celebrar o fim de um elitismo edificado sobre distinções arbitrárias de cultura. Nesse sentido, os Estudos Culturais, ao operarem uma reversão nesta tendência naturalizada de admitir um único ponto central de referência para os estudos da cultura, configuraram um movimento das margens contra o centro. Sua principal virtude

talvez seja a de começar a admitir que a inspiração possa advir de qualquer lugar, contribuindo para desfazer os binarismos tão fortemente aderidos às epistemologias tradicionais.

Assim, é preciso admitir que está em atividade, neste final de século, um novo campo de estudos que se apresenta como politicamente muito atraente e promissor, e que se esboça conectado às variadas concepções e práticas que vêm marcando os contextos destes tempos. As novas formações culturais e políticas supranacionais, a reorganização das fronteiras nacionais, as novas formas de organização da sociedade civil e suas intersecções com o Estado, as novas configurações de classes sociais, entre outras composições contemporâneas, constituem o que poderíamos chamar de contexto próprio para o surgimento de uma pós-disciplina que tem contribuído para nos apontar a arbitrariedade de inúmeras demarcações historicamente consagradas. Entre elas, podemos mencionar as fronteiras disciplinares e os muros acadêmicos, certos conceitos teórico-filosóficos, além de outros fracionamentos instituídos por categorias taxonômicas como raça, gênero, religião, etnia e também aqueles relacionados às disposições físicas e intelectuais das pessoas. Poderíamos dizer que o que aproxima as diversas manifestações dentro dos Estudos Culturais é uma guerra contra o cânone.

Talvez a tentativa de descrição dos Estudos Culturais, esboçada por Colin Sparks, em ensaio publicado originalmente em 1977, seja uma aproximação inicial e adequada para introduzir uma abordagem sobre este tema:

É extremamente difícil definir os “Estudos Culturais” com qualquer grau de exatidão. Não é possível fazer demarcações e dizer que esta ou aquela seja sua esfera de atuação. Tampouco é possível indicar uma teoria ou metodologia unificada que seja característica deles ou para eles. Um verdadeiro amontoado de idéias, métodos e temáticas da crítica literária, da sociologia, da história, dos estudos da mídia, etc. são reunidos sob o rótulo conveniente de estudos culturais. (1997, p. 14)¹

¹ As traduções, desta e de outras citações de autores e de autoras de língua inglesa, são minhas.

Origem

Inúmeros escritos abordando esta identidade cambiante e fluida dos Estudos Culturais têm aparecido, nos últimos anos, sendo particularmente numerosa e fecunda a produção em língua inglesa. Fato este que me parece compreensível face à “origem” britânica dos *Cultural Studies* e aos seus focos de repercussão em países ultramarinos como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Segundo relatos de inúmeros autores e autoras,² as obras que inauguram esta nova tendência nos estudos sobre a cultura começam por questionar, nos anos 50, as concepções ainda vigentes inspiradas na tradição arnoldiana³ de cultura, amplamente conhecida como “a tradição da cultura e da civilização”, corrente que dominava por mais de um século as análises culturais do Ocidente, posteriormente retomada pelos levisistas.⁴

O ponto mais contestado, dentre tantos outros, na análise cultural de Mathew Arnold — cuja agenda manteve-se em debate desde 1860 até a metade deste século — é a noção de cultura como um corpo de conhecimento identificado, em palavras suas, como “o melhor que se tenha pensado e dito no mundo” (Arnold, citado por Storey, 1997, p.23) e que estaria em oposição a tudo aquilo entendido como os “progressos da civilização”. De acordo com Forquin (1993), a concepção arnoldiana dá continuidade aos postulados de Coleridge⁵ para quem a responsabilidade social de preservar e desenvolver a cultura como disposição espiritual não compete à aristocracia fundiária, nem à burguesia industrial e comercial e sim, a uma classe particular denominada de classe dos clérigos, uma “espécie de igreja nacional constituída de to-

² Cary Nelson, Colin Sparks, Graeme Turner, Ien Ang, John Fiske, John Frow, Lawrence Grossberg, Meaghan Morris, Stuart Hall e Tony Bennet podem ser mencionados entre as pesquisadoras e os pesquisadores da Austrália, Grã-Bretanha e Estados Unidos que têm se dedicado à tarefa de descrever os projetos dos Estudos Culturais.

³ Expressão originada do nome de seu principal teórico, Mathew Arnold, cuja obra central é *Culture and Anarchy*.

⁴ Designação dos seguidores de Frank Raymond Leavis que adotam, em meados do século XX, as políticas culturais de Mathew Arnold.

⁵ Samuel Taylor Coleridge foi poeta e crítico literário inglês. Viveu no período 1772-1834 e foi um marco na crítica moderna, buscando sua inspiração na filosofia alemã que interpretou e difundiu na Inglaterra. Dizem que de um só capítulo de sua *Biografia literária* (cap. XIV) derivou a maioria das especulações da nova crítica.

dos os homens instruídos nas ciências e nas ‘artes liberais’, devotada à conservação da memória coletiva e à difusão do saber no seio da comunidade” (p.30). Com tal inspiração, Arnold inscreve sua análise da cultura no território polêmico da hierarquia e da distinção, sendo suas manifestações sobre a cultura popular sempre tendentes a posicioná-la como a outra face de uma suposta “verdadeira” cultura. Num quadro teórico em que a cultura adjetivada como popular era sinônimo de desordem social e política, ao passo que cultura era o mesmo que harmonia e beleza — algo a ser cultivado para enfrentar a barbárie —, a melhor expressão da sociedade seria conquistada através da subordinação e da reverência cultural. As influências harmoniosas da suposta verdadeira cultura — “o melhor que se tenha pensado e dito” — teriam o poder de suprimir a anarquia da classe trabalhadora e de coordenar as massas parcamente instruídas (Storey, 1997). Por mais paradoxal que possa parecer, segundo nos chama a atenção Storey, foi Mathew Arnold quem inaugurou uma forma particular de situar a cultura popular nos debates sobre a cultura, embora tivesse muito pouco a dizer, diretamente, sobre esse assunto.

Esta minha desprezível e muito incompleta menção à concepção arnoldiana de cultura tem o único objetivo de fornecer uma breve noção da teoria sobre a qual se forjou uma das mais influentes análises culturais do século XX, desenvolvida pelo crítico literário Frank Raymond Leavis⁶ e seus seguidores. O projeto levisista surgiu para fazer frente ao suposto “declínio cultural”, em relação ao qual, muitas décadas antes, Arnold havia feito tantas advertências, prognósticos e prescrições. O século XX estaria testemunhando uma cultura da padronização e do nivelamento por baixo, e era preciso lutar contra isto. A obra de Leavis abarca um período de quarenta anos e seu argumento central é a pressuposição de que a cultura sempre foi sustentada por uma minoria que manteve vivos “os padrões da mais refinada existência”. O que estaria declinando no século XX, sob as ameaças da civilização e da cultura de massa, seria o reconhecimen-

⁶ Em 1930, Frank Raymond Leavis publica o ensaio *Mass civilization and minority culture*, cujo título já nos sugere sua remissão à concepção que, um século antes, nos apontava para uma suposta oposição entre civilização e cultura.

to dessa minoria como uma autoridade cultural incontestada. A falência desta autoridade, segundo os autores levisistas, visível a partir dos inúmeros movimentos de democratização, estaria afastando as pessoas dos cânones da literatura e das artes, transformando o mundo inteiro em massas de indivíduos incultos ou semicultos. Um dos seguidores do levisismo chega a se referir a um texto de Edmund Gosse que fala da “revolta da ralé contra os mestres de nossa literatura”.⁷

Convém destacar, aqui, que os debates culturais britânicos, em andamento desde os começos do século passado, entre eles os que abordavam os fatores culturais da escolarização, estavam ligados à tradição de pensamento dos chamados “intelectuais literários” que se ocupavam da realização de uma reflexão sobre “a cultura” e de uma crítica à civilização burguesa e industrial. A noção de cultura como um certo estado “cultivado” do espírito aparecia em oposição à de civilização. Em um trabalho de Coleridge, publicado em 1830, a civilização se encontra do lado da exterioridade, das coisas, ao passo que a cultura, como exigência humana de perfeição, tem sua origem na intimidade da consciência (Forquin, 1993). Segundo Forquin (1993), em um de seus trabalhos Arnold argumentara que nenhuma classe social estaria apta para encarnar e defender, no seio da sociedade democrática moderna, esta exigência de perfeição interna. A aristocracia estaria imóvel e refratária ao novo; as classes médias industriais estariam inteiramente tomadas pela civilização “exterior” do maquinismo e da eficácia econômica; as massas populares estariam fascinadas por esta mesma civilização, ambicionando ascenderem às classes médias ou condenadas à cegueira e à violência.

Diante desses “temíveis avanços da cultura de massa” e da “hostilidade à cultura”, que significava para os levisistas o risco do “irremediável caos”, publicam um manifesto propondo introduzir nos currículos escolares um treinamento de resistência à cultura de massa (Storey, 1997). Para Leavis e seus seguidores, as mudanças decorrentes da Revolução Industrial haviam fragmentado em duas a vigorosa cultura comum inglesa dos séculos XVII e XVIII. De um lado estava a cultura das minorias — “o que de melhor se havia pensado e dito” — e de outro, em posição antagônica, estava a cultura das massas, uma cultura comercial consumida

⁷ Este texto pode ser localizado em Leavis, 1978, p.190.

pela maioria “inculta”. Parte do projeto de Leavis era criar postos avançados de cultura nas universidades e escolas, sob a responsabilidade de um grupo seletivo de intelectuais que atuavam como “missionários” em defesa da tradição literária. Imaginavam que resguardando o contato com o universo de harmonia rural presente na “boa literatura” inglesa, ainda seria possível reverter a devastação da cultura e da tradição, produzida por um suburbanismo quase universal. Tratava-se de uma curiosa concepção segundo a qual a ordem — presente na “boa literatura” — seria acionada para combater a desordem — típica da cultura das massas.

Segundo Storey (1997), embora a versão leavisista da tradição da “cultura e da civilização” tenha aberto um espaço para o estudo da cultura popular, este não avançou, obstruído pela pressuposição funcional de que a cultura popular é pouco mais do que uma amostra do declínio cultural. As análises arnoldianas e leavisistas se desenvolviam desde as “alturas” da cultura erudita em direção a uma cultura popular concebida, inicialmente, como a cultura da classe operária e, gradativamente, passando a ser representada como domínios do consumo frívolo, do mau gosto e da superficialidade. Era o discurso do “culto” sobre aqueles supostamente “privados de cultura”.

As obras consideradas pioneiras nos Estudos Culturais contemporâneos foram produzidas por autores provenientes de famílias de classe operária, e que estiveram entre os primeiros estudantes desse segmento, cujo acesso às instituições de elite da educação universitária britânica foi possibilitado pelo paulatino processo de democratização. Surgidos no período pós-guerra, esses estudos falavam de um lugar diferente daquele ocupado pelos autores da tradição leavisista, ou seja, analisavam a cultura popular como integrantes dela e não como quem a olha a distância, cautelosamente, sem qualquer ponto de contato.

Os trabalhos que inauguram os Estudos Culturais britânicos são dois livros publicados no final da década de 1950 — *The uses of literacy*, de Richard Hoggart, que apareceu em 1957, e *Culture and society*, de Raymond Williams, de 1958. De acordo com a análise de Stuart Hall (1997), foram estas duas obras que ajudaram a incendiar os ânimos nos estudos sobre a cultura, embora, pelo menos parcialmente, tenham sido trabalhos de recuperação de teorias precessoras. Elas expressavam, sobretudo, as tensões de estudantes de origem popular que, ao completar sua formação universitária, debatiam-se em uma ambivalente identidade cultu-

ral constituída por dois mundos antagônicos. Muitos autores sugerem que esta ambivalência seja a justificativa principal da consistência das reflexões contidas nas obras de Hoggart e Williams, bem como da repercussão posterior que elas tiveram.

The uses of literacy compõe-se de duas partes: a primeira descreve a cultura da classe trabalhadora dos anos 30, correspondendo à juventude de Hoggart; a segunda examina a cultura da classe trabalhadora tradicional ameaçada pelas novas formas de entretenimento das massas na década de 1950. De certa forma, segundo nos conta Storey (1997), Hoggart é traído por uma certa nostalgia, o que ele atribui à força das lembranças de sua infância e não a uma simpatia pelo leavisismo. A cultura popular dos anos 50 teria perdido a sua riqueza, atacada pelo poder manipulativo da cultura de massa que estaria deixando tudo pobre e insípido. Parece que o que ele pretendia fazer era uma distinção entre “uma cultura do povo” e “aquilo que é designado para o povo”. Só que essa cultura do povo que ele acolhe está matizada, na obra, pelas recordações da sua infância, e a que ele critica — a cultura popular dos anos 50 — é apresentada com base nas evidências do material obtido como pesquisador universitário. As duas compressões seriam decorrentes de tratamentos diferenciados dados à cultura popular. Apesar da crítica que faz, Hoggart não se desespera totalmente com o avanço da cultura de massa. Ele diversas vezes enfatiza sua confiança na capacidade da classe trabalhadora de resistir às manipulações da cultura de massa (Storey, 1997). Para Hall (1980), o problema com o trabalho de Hoggart é a utilização da metodologia literária levisista, que o faz oscilar entre a continuidade de uma tradição e a tentativa prática de modificá-la.

Por sua vez, toda a obra de Raymond Williams se estrutura no sentido de rejeitar uma noção singular e dominante de cultura.⁸ Contudo,

⁸ A contribuição de Williams ao redirecionamento das análises sobre a cultura e aos estudos culturais tem sido de singular importância. Storey (1997), ao referir-se a ele, diz o seguinte: “Só a extensão de sua obra já é formidável. Ele tem deixado contribuições significativas para a compreensão da teoria cultural, da história cultural, da televisão, imprensa, rádio e propaganda. A bibliografia que Alan O’Connor preparou da obra publicada por Williams apresenta uma lista que já chega a trinta e nove páginas. Sua contribuição é ainda mais notável se considerarmos suas origens na classe trabalhadora galesa (seu pai era sinaleiro nas estradas de ferro) e se também considerarmos que, como acadêmico, foi professor titular de teatro na Universidade de Cambridge” (p.54).

da mesma forma que outros trabalhos similares deste período, *Culture and society* está longe de ter uma significação social e política unívoca. Como diz Forquin (1993), “a desconfiança dos ‘intelectuais literários’ em relação ao mundo industrial e à ‘civilização mecânica’ era portadora de potencialidades contraditórias” (p.29). *Culture and society*, de 1958, e *The long revolution*, que surgiu em 1961, constituem o despontar de uma vasta e diversificada produção intelectual do autor, assinalada por uma tensão permanente entre os resquícios do mundo operário do País de Gales — suposta origem dos matizes “populistas” da filiação socialista de Williams — e o contexto da “grande tradição”, materializado no mundo universitário de Cambridge e na “grande literatura inglesa”.

Essas ambivalências, também presentes na obra de Hoggart, registram oscilações que nos sugerem, às vezes, como aponta Hall (1997), que tais trabalhos sejam simples atualizações das preocupações anteriores, referidas, agora, ao universo do pós-guerra. É o próprio Hall quem salienta, contudo, que as conseqüências das interrupções que elas provocaram foram mais importantes do que qualquer continuidade que possam ter sugerido. Para Storey (1997), é esta mistura contraditória de voltar-se para a tradição levisista e, ao mesmo tempo, seguir em frente com sua opção pela cultura popular que fazem estes três livros serem designados como textos da “ruptura” e exemplos de “levisismo de esquerda” (p.45). Alguns autores consideram que, a este mesmo movimento junta-se, mais tarde, o conhecido trabalho de Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (*The making of the english working class*, 1963). Thompson descreve seu trabalho como marxista e algumas categorizações o posicionam no campo da historiografia marxista inglesa. Contudo, para grande parte de estudiosos desta mudança nas análises sobre a cultura,⁹ a obra de Thompson apresenta uma certa coerência teórica com as anteriores, operando uma ruptura decisiva em relação a um evolucionismo tecnológico, a um economicismo reducionista e a um determinismo organizacional. Para Storey (1997),

cada um, a sua maneira, rompe com aspectos-chave da tradição que herdou: Hoggart e Williams rompem com o levisismo e Thompson rompe com

⁹ Menciono, entre eles, Colin Sparks, John Storey, Stuart Hall, Cary Nelson, Raymond Williams.

as formas mecanicistas e economicistas do marxismo. O que os une é uma abordagem que insiste em que, analisando-se a cultura de uma sociedade — os tipos de texto e as práticas documentadas de uma cultura — é possível reconstituir os padrões de comportamento e a constelação de idéias compartilhadas por homens e mulheres que produzem e consomem os textos culturais e as práticas dessa sociedade. (p.46)

Institucionalização

São esses trabalhos mencionados que dão origem, na década de sessenta, na Grã-Bretanha, ao conjunto de pesquisas denominado Estudos Culturais, cuja institucionalização ocorre, inicialmente, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (Centre for Contemporary Cultural Studies) da Universidade de Birmingham — fundado em 1964 por Hoggart e Williams¹⁰ — e, posteriormente, nos cursos e publicações de várias fontes e lugares. Esta localização em um espaço acadêmico não é admitida tranquilamente, uma vez que boa parte das pesquisas que deram origem às novas abordagens das questões da cultura foram gestadas em uma movimentação teórica, na qual as relações entre a academia e a cultura do povo eram, no mínimo, tensas e problemáticas.

Ao fazer este relato, corro o risco de sugerir uma linearidade nas análises que desencadeiam o surgimento dos chamados Estudos Culturais. Por este motivo, destaco que se os Estudos Culturais constituem um campo com demarcações tão tênues como as mencionadas no início deste texto, são, igualmente, bastante numerosas e diversificadas as manifestações que dão conta da emergência deste novo espaço de discussões sobre a cultura. É o próprio Raymond Williams (1997) quem admite, em texto publicado originalmente em 1989, que os Estudos Culturais teriam sido extremamente ativos já nos anos 40, na educação de adultos, com manifestações precedentes na educação militar, durante a guerra, e na década de 30. No entanto, eles só adquirem visibilidade e reconhecimento intelectual, mais tarde, com a publicação desses livros. Williams diz lamentar que as muitas pessoas que foram atuantes neste campo, e que fizeram tanto quanto

¹⁰ O primeiro diretor do Centro é Richard Hoggart, cargo que ocupou desde sua fundação, em 1964, até 1969.

ele e seus colegas para consolidar este trabalho, não puderam torná-lo visível por meio de publicações. Muitas pessoas, diz ele, que desenvolveram cursos e projetos, já nos anos 40, abordando as artes visuais, música, filmes, propaganda, rádio, etc., mas que não tiveram espaço nas publicações nacionais ou nas universidades, permaneceram anônimas. Essas pessoas, cujos nomes são desconhecidos hoje por muitos daqueles e daquelas que ensinam *Cultural Studies*, escolheram, deliberadamente, espaços de atuação alternativos onde pudessem fazer oposição ao grupo levisista. São essas experiências tão variadas que talvez tenham aberto a possibilidade para grande o leque de manifestações analíticas observado hoje.

Stuart Hall, um dos fundadores e diretor do Centro de Estudos Culturais de Birmingham no período 1969-1979, admite que há ganhos e perdas no processo de institucionalização dos Estudos Culturais (Hall, 1997). As décadas que se seguiram à fundação do Centro registraram grande expansão e diversificação de temáticas e abordagens. Nesse quadro, várias formas de institucionalização se configuraram, sendo que a conquista de um lugar na academia parece ser a mais visível delas.

Para muitos, a institucionalização dos Estudos Culturais, seja na forma de constituição de um espaço acadêmico de discussão ou na de configuração de uma disciplina, significa o risco de subordinar sua contundente e plurifacetada crítica política à formalização de algumas questões críticas sobre poder, história e política. Graeme Turner (1997), por exemplo, diz que esta consolidação da posição dos Estudos Culturais nas universidades e sua aproximação com as configurações disciplinares ameaça transformar seu caráter de crítica política em iniciativa pedagógica. Por sua vez, Cary Nelson (1997), ao mesmo tempo que encoraja os(as) acadêmicos(as) a sensibilizarem as instituições em relação à importância dos Estudos Culturais, também reconhece que o preço da expansão poderá ser a despolitização. Ao se tornarem agradáveis e “digeríveis” para atrair agências financiadoras, administradores e políticos, o custo poderia ser a superficialidade e a ausência de posicionamento político crítico em relação à vida social. Ellen Rooney (1997) e Elizabeth Long (1997) argumentam em defesa da manutenção das ligações dos Estudos Culturais com os movimentos sociais, vislumbrando aí uma forma de preservar seu caráter de crítica política. Segundo elas, a ausência de uma base fora da academia poderia deixar esse campo particularmente vulnerável à neutralização política tão comum nas universidades.

A posição sustentada por Long e Rooney é particularmente pertinente por serem ambas provenientes do campo dos estudos feministas e saberem da importância destes trabalhos nos estudos culturais. A crítica radical de alguns feminismos à lógica que sustenta os campos disciplinares fez com que os Estudos Culturais, por sua oposição ao cânone, se mostrassem um espaço adequado e fecundo para o desenvolvimento dessas análises. Nesse sentido, é evidente que vinculações muito estreitas dos Estudos Culturais com a academia não significam uma situação favorável ao desenvolvimento destes estudos. O mesmo raciocínio pode ser estendido aos estudos sobre raça, etnia e tantas outras categorias sociais que resultaram de classificações arbitrárias fixadas em um lugar privilegiado que se toma como referência, e a partir do qual são nomeados os “outros” da cultura. Historicamente, a academia tem sido o lugar da legitimação dos saberes, da definição do cânone.

Deslocamentos na concepção de cultura

A partir do que foi exposto anteriormente, fica evidente que uma questão central nos Estudos Culturais são as transformações na concepção de cultura. Aliás, toda a movimentação que tem caracterizado os Estudos Culturais, delineando esta identidade cambiante que procuro descrever, pode ser atribuída aos deslocamentos naquilo que se tem entendido e tomado como cultura. Como também já relatados, o surgimento de um conjunto de análises identificado como “estudos culturais” é o corolário de uma movimentação teórica e política que se articulou contra concepções elitistas de cultura — como era o caso das matrizes arnoldianas e levisistas. Não podemos esquecer que, naquelas tradições, “cultura” e “civilização” estavam em oposição. Aquilo de que a palavra “cultura” dava conta constituía algo qualitativamente superior ao que seria proporcionado pelos ditos “progressos da civilização”. Dar combate a esta posição significou, desde o início, que a cultura, nos Estudos Culturais, muito antes de dizer respeito aos domínios estético ou humanístico (do espírito “cultivado”), está ligada ao domínio político.

A tentativa de Williams, em *The long revolution*, de definir cultura, passa por três categorias. Na primeira, diz ele, há o “ideal” — a

cultura tomada como um processo de aperfeiçoamento, em direção a valores universais e absolutos. A segunda se refere à cultura como “o documentário”, o conjunto da produção, do trabalho intelectual e criativo. Em terceiro lugar está uma definição social de cultura — a cultura como descrição de um modo de vida. É esta última definição que inspirou e orientou os Estudos Culturais. Ela contém três novas maneiras de se pensar a cultura: uma suposição antropológica, em que a cultura é a descrição de um modo de vida; uma segunda, na qual a “cultura expressa certos significados e valores”; e a terceira, em que “a tarefa da análise cultural é o exame das significações e valores implícitos e explícitos em um certo modo de vida, em uma certa cultura”. Para Williams, é esta terceira definição, e as suposições que ela contém, que permitirá tomar como cultura certos componentes de um modo de vida que, segundo outras definições, jamais seriam considerados como cultura (Storey, 1997).

Este é o caminho pelo qual Williams argumenta contra a oposição entre “cultura de massa” e “alta cultura” e entre “cultura operária” e “cultura burguesa”. É o próprio Williams quem já aponta para um certo etnocentrismo cultural que descarta todas as expressões e realizações humanas não submetidas à expressão escrita e à tradição letrada.

John Storey (1997), na introdução do livro que organizou reunindo textos que discutem os Estudos Culturais, faz um inventário de algumas das concepções de cultura presentes nos trabalhos que inclui na obra. Segundo ele, na análise de John Fiske (1997), a cultura, nos Estudos Culturais, “em termos de ênfase, não é estética nem humanista, mas política” (p. 1). Esta definição já decorreria da aceção ampliada utilizada por Williams e que também possibilitou a afirmação de Nelson (1997) de que “indivíduos com aversão à cultura popular jamais compreenderão corretamente o projeto dos estudos culturais” (p. 279). Storey também menciona a concepção de John Frow e Meaghan Morris (1997) que tomam a cultura

não como uma expressão orgânica de uma comunidade, nem como uma esfera autônoma de formas estéticas, mas como um contestado e conflituoso conjunto de práticas de representação ligadas ao processo de composição e recomposição dos grupos sociais. (p.345)

Em dois textos de Hall (1997; 1997a), vamos encontrar contribuições importantes para essa discussão sobre o conceito de cultura. Segundo esse autor,¹¹ os Estudos Culturais reconhecem as sociedades capitalistas industriais como lugares de divisões desiguais no que se refere a etnia, sexo, divisões de gerações e de classes. A cultura é um dos principais *locus* onde são estabelecidas e contestadas tais divisões, onde se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados tentam resistir à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes. Neste sentido, os textos culturais são muito importantes, pois eles são um produto social, o local onde o significado é negociado e fixado. Hall se utiliza do conceito de hegemonia de Gramsci para argumentar que, nos Estudos Culturais, a cultura é o principal *locus* da luta ideológica, o palco da “incorporação” e da “resistência”; um dos locais onde a hegemonia será ganha ou perdida.

É neste sentido que Frow e Morris (1997), retomando Williams, afirmam que cultura é

todo o meio de vida de um grupo social estruturado através da representação e do poder. Não é um domínio isolado de jogos de distinção social e de “bom” gosto. É uma rede de representações — textos, imagens, conversas, códigos de conduta e as estruturas narrativas que os organizam — que molda cada aspecto da vida social. (p.345)

Convém, contudo, prestar atenção no alerta de Frow e Morris (1997) sobre a afirmação de que o conceito de cultura refere-se à formação, manutenção e definição dos grupos sociais em relação a outros grupos e ao constante processo de sua recomposição. Para esse autor e essa autora, isso significa complicar a questão sobre o tipo de unidade que os grupos requerem. Ambos perguntam: “em que nível opera o conceito de cultura — o de um estado-nação e/ou de uma cultura ‘nacional’? O de classe, gênero, raça, sexualidade, idade, etnicidade?” (p.345). E a resposta, dizem, é que o conceito opera em qualquer um destes níveis e eles

¹¹ Talvez seja elucidativo mencionar que Stuart Hall, um jamaicano que estudou na Inglaterra, é, como seus contemporâneos Hoggart e Williams, uma identidade dividida e tensionada por sua situação de estudante negro de um país colonial que percorreu os degraus acadêmicos da “melhor tradição britânica”.

necessariamente não encaixam um no outro. Esclarecem, ainda, que os estudos culturais australianos estão conscientes

do perigo de situar as unidades sociais imaginárias como base explanatória dos relatos dos textos culturais. Seu constante ímpeto é o de pensar as culturas como processos que se dividem tantas vezes quantas se reúnem e de suspeitar daquelas noções totalizadoras de cultura que assumem que, ao final dos processos culturais, sempre há a realização de uma “sociedade” ou “comunidade” inteira e coerente. (p.346)

A expansão e os problemas das teorias viajantes

Em recente exposição num evento cultural,¹² Heloísa Buarque de Holanda chama a atenção para a força com que os Estudos Culturais estariam tomando corpo na academia latino-americana. Ela faz referência a um certo *ethos* de idéias com vocação “viajante” que se caracterizariam por transitar entre diferentes universos simbólicos ou culturais e aí encontrar novos portos de ancoragem onde se deixam ficar. Essa me pareceu uma forma produtiva para discutir a expansão dos Estudos Culturais pelo mundo, e, especialmente, para abordar o que Hollanda chama de “cartografia espacial de uma idéia em movimento”. No caso dos Estudos Culturais, trata-se das “viagens” de estudos que, ao mesmo tempo em que abordam questões do âmbito da cultura global adquirem os contornos e matizes das configurações locais, reinventando-se constantemente nos seus questionamentos e perspectivas de análise. Os melhores exemplos que posso mencionar situam-se nas problematizações sobre gênero, raça e etnia, que, com uma fecundidade sem precedentes, têm recomposto todo o panorama dessas discussões em nosso País e em outros pelos quais têm circulado.

Parece que é esse caráter “contextualizável” e versátil que tem feito desta “idéia em movimento” um território de embates, em que diferentes interesses políticos entram em jogo. Por um lado, a vocação transnacional ou mesmo global dos Estudos Culturais tem-lhes possibilitado operar no âmbito muito amplo da política cultural na qual, por exemplo,

¹² Publicada no texto *A academia entre o local e o global* da Z - Revista Eletrônica do PACC - UFRJ, em <http://www.ufrj.br/pacc/z.html>.

as conquistas das mulheres por igualdade — no mercado de trabalho, nas comunidades locais, em suas vidas pessoais, etc. — produzem efeitos para além das fronteiras nacionais ou das diferenças no tom das suas peles, na cor de seus cabelos ou no formato de seus olhos. Certas hegemônias não estão delineadas, muitas vezes, seguindo contornos limitados, elas, como no caso do gênero sexual, são praticamente mundiais. Subvertê-las pode requerer táticas adequadas a cada contexto; no entanto, os ecos de uma luta quase planetária, certamente, também surtem seus efeitos no nível local. Por outro lado, como nos alerta Nelson (1997), a grande expansão carrega sempre o risco da banalização, da utilização oportunista, da despolitização.

Dentre os inúmeros pontos focalizados nas análises que examinam a disseminação dos Estudos Culturais, vou comentar alguns daqueles que se referem à circulação destes estudos nos Estados Unidos e mencionar, muito brevemente, suas manifestações na Austrália. A razão desta escolha é pragmática e casuística — a bibliografia a que tive acesso trata da penetração desses estudos nesses países. Além disso, é essa produção bibliográfica que tem começado a circular em nosso país, seja pelo surgimento de algumas publicações com textos traduzidos, seja pela facilidade de rastreamento e aquisição dessa literatura nas livrarias virtuais, via Internet. Declaro, no entanto, que me sinto desafiada a prosseguir levantando dados bibliográficos, em futuro próximo, com o objetivo de localizar trabalhos que abordem o desenvolvimento dos Estudos Culturais em outros lugares.

De acordo com a análise de alguns autores, a americanização dos Estudos Culturais tem sido um processo conflituoso de embates nos terrenos próprios de inúmeras disciplinas acadêmicas. Insinuando-se no quadro das guerras curriculares acadêmicas, nas quais estão em jogo as disputas em torno do cânone, bem como as disputas sobre as minorias e sobre “os outros” da cultura, estes estudos têm sido afetados, também, pela competição no mercado acadêmico numa época de restrições e ajustes das finanças universitárias.

Aqui cabe um registro curioso. Quando autores e autoras tratam da “americanização”, isto não diz respeito à penetração dos Estudos Culturais no continente americano, mas refere-se à sua disseminação nos Estados Unidos — país de língua inglesa onde os Estudos Culturais têm tido uma imensa proliferação. Quase todas as análises que me subsidiaram

na elaboração deste texto registram esta explosão de estudos nos Estados Unidos e referem-se à ela como “a americanização”. É evidente que, seguindo a velha lógica (será velha?) do império cultural, aí não há nenhuma alusão remota a países da América Central e do Sul — os “outros” da América. O etnocentrismo parece ter sua “naturalidade” assegurada mesmo entre aqueles teóricos cujas análises pretendem levar a efeito uma crítica oposicionista a qualquer supremacia.

Como um conjunto de estudos pluridisciplinares e, conseqüentemente, com complexa identidade, os Estudos Culturais têm percorrido, por exemplo, os departamentos acadêmicos de comunicação, sociologia, estudos literários e línguas modernas, entre outros. Segundo Grossberg (1997), na relativamente nova disciplina de Comunicação, eles têm sido cortejados e até fortalecidos — com limites, é claro — por posições intelectualmente marginalizadas e politicamente oposicionistas que pretendem legitimá-los e incorporá-los à corrente principal deste campo de estudos. Contudo, outras correntes marginais, neste mesmo campo, tendem a vê-los como uma tentativa imperialista de representá-las. Na Sociologia e nos Estudos Literários, por sua vez, eles têm aparecido com muito pouca percepção do alcance do que eles representam como desafio radical às tradições disciplinares destas áreas. Um dos problemas, aponta Grossberg, é que ao se configurarem no campo acadêmico com posição definida e legitimidade estabelecida, os Estudos Culturais podem perder suas especificidades, tornando-se politicamente arriscado seu distanciamento das características muito singulares do corpo de trabalhos britânicos que lhes deu origem.

Nessa linha de raciocínio é que Nelson (1997) formula uma dura crítica sobre a visibilidade crescente dos Estudos Culturais nos Estados Unidos. Para esse autor norte-americano, quase nada da tradição dos Estudos Culturais britânicos é simples e não-problematicamente transferido para os Estados Unidos. Um de seus argumentos é que o trabalho de Williams, por exemplo, estava, pelo menos em parte, preocupado em definir uma herança notoriamente britânica; ao fazer isto, freqüentemente focalizou formas inteiras de vida. Uma teoria assim construída, diz Nelson, não está apta para descrever identidades parciais ou meras atividades de lazer nos Estados Unidos. Ele ainda afirma, entre outras coisas, que o trabalho do Centro de Birmingham, mesmo sendo interdisciplinar, “foi intensamente colaborativo, um estilo que tem pouca chance de ser

bem sucedido e de sobreviver ao sistema acadêmico americano de prêmios” (p.273). A essas observações, acrescenta comentários sobre vários episódios acadêmicos em que os Estudos Culturais têm sido objeto de debate e nos quais as manifestações têm sido plurifacetadas. Da acusação de serem mais uma investida do império britânico, passando pela inconseqüente e oportunista compreensão de que consistem numa vantajosa alternativa para estudos de cinema, artes gráficas e visuais, situada fora das teorias concorrentes no panorama contemporâneo, chega-se ao que ele diz ser comum ouvir-se de estudantes e professores de graduação: que é necessário um “reacondicionamento” como estudantes de cultura para competirem no mercado de trabalho e “venderem sua própria imagem”.

Os comentários de Nelson nos alertam para os riscos a que está sujeita uma “idéia viajante” quando ancora em uma cultura cuja expansão e poder, em nível global, pode levar alguns norte-americanos, como ridiculariza o autor, à superficialidade de “acreditarem que a Disneilândia é a origem do mundo” (p.276). Face a essas apropriações completamente inadequadas, Nelson pronuncia-se com o alerta de que nada impede que os Estudos Culturais adquiram significações muito diferentes em outro tempo e espaço, mas o descaso em relação a sua história não deixa de revelar o interesse em despolitizar um campo de estudos cuja constituição tem sido preeminentemente política e oposicionista. O preço da despolitização será o de não terem qualquer valor crítico para a vida social desta nação americana.

Quanto aos Estudos Culturais em sua versão australiana, uma análise mais otimista, empreendida por Frow e Morris (1997), dá conta de um quadro amplamente divergente em que os estudos não são teoricamente congruentes, não expressam continuidades políticas, mostram incompatibilidades e pontos de discordância, mas, simultaneamente, mesclam-se com registros de ressonâncias e de flexibilidade. Do meu ponto de vista, este é um quadro compreensível diante da imagem do país exposta ao mundo — o de uma sociedade bem-sucedida, apesar de marcada pelo colonialismo, e que constituiu um debate público extraordinariamente aberto sobre o poder, a propriedade e a representação. Isto não significa, certamente, uma sociedade sem problemas, sem injustiças e livre das desigualdades, mas pode significar uma sociedade em que as questões sociais mais graves são amplamente compartilhadas em seu equa-

cionamento, e em que cuidado especial é dispensado a sua condição de país multicultural, em relação à qual, segundo Frow e Morris, há “uma política relativamente bem-sucedida, funcionando como modelo de uma concepção de cultura idealmente baseada na diferença e no reconhecimento do outro, e não na identidade sociocultural” (p.346).

Frow e Morris (1997), no texto em que traçam um panorama dos Estudos Culturais australianos, reportam à designação de cultura de Williams — todo o meio de vida de um grupo social — para delinear a perspectiva mais acentuada nas tendências desses estudos naquele país. Dizem que quando se fala em “mudar a cultura”, hoje, na Austrália, está subentendido, aí, um complexo de hábitos, valores e expectativas sociais que afetam os modos de agir. A cultura é imaginada, assim, como um *modo de ser* forjado na trajetória da constituição de sua identidade como país, na qual sempre estiveram em jogo conflitos políticos em contextos concretos e em grupos determinados. As narrativas sobre a nação — por exemplo, da prosperidade, da economia aberta, da Austrália “branca”, de “tornar-se parte da Ásia” — sempre foram polemizadas face às histórias e experiências sociais concretas das comunidades, das culturas étnicas locais e das migrantes. Isto criou um ambiente muito singular para análises inovadoras, mais interessadas no “desenvolvimento das implicações de determinadas formas de ação simbólica e nas conseqüências de determinados momentos da prática cultural, e não como contraponto a teorias mais antigas da cultura” (p.351). Segundo o autor e a autora australianos, isto não significa uma hostilidade à teoria, mas apenas que as discussões teóricas e disputas doutrinárias que caracterizam o surgimento e o desenvolvimento dos Estudos Culturais em outros países — como o marxismo frankfurtiano e o pós-estruturalismo, o desconstrucionismo e o novo historicismo, o “textualismo” e a etnografia — não ocuparam, por muito tempo, o foco dos debates na Austrália, sendo amiudemente resolvidos por uma espécie de mistura rigorosa.

A dispersão

Vou tomar uma frase de Stuart Hall (1992) para finalizar este texto comentando uma das perspectivas mais controvertidas dos Estudos Culturais: a que diz respeito a sua dispersão teórica e metodológica.

Os Estudos Culturais têm múltiplos discursos; têm uma grande quantidade de diferentes histórias. Eles têm uma série de formações; eles têm suas próprias e diversas conjunturas em seu passado. Neles estiveram incluídos vários tipos de trabalho. Devo insistir nisto! Eles sempre foram um conjunto de formações instáveis. O Centro de Estudos Culturais era “centrado” apenas entre aspas [...]. Já teve diversos itinerários de pesquisa; muitas pessoas já tiveram e têm diferentes posições teóricas, todas com suas opiniões. O trabalho teórico do Centro seria mais apropriadamente denominado tumulto teórico. Sempre esteve acompanhado de transtorno, discussão, ansiedades instáveis e um silêncio inquietante. (p.278)

Como já expus, ao invés de aspirar assumir os contornos de uma disciplina, os Estudos Culturais têm sido, e isto é particularmente válido em relação a seus anos iniciais, um projeto político de oposição, cuja movimentação ideológica adquiriu vários matizes. A centralidade desta questão se torna evidente, hoje, nos pronunciamentos de vários autores. O'Connor (1997) afirma que “os Estudos Culturais não são uma tradição de erudição inestimável, mas um comprometimento político” (p.188); Frow e Morris (1997) também concordam em que “os Estudos Culturais [...] são adeptos da insistência na dimensão política do conhecimento [...]. O projeto intelectual dos Estudos Culturais é sempre marcado [...] por um discurso de envolvimento social” (p.354). Por sua vez, Johnson (1997) diz que eles são políticos, mas não num sentido pragmático, o que é reafirmado na visão de Nelson (1997), ao argumentar que embora “os Estudos Culturais aliem-se à teorização da ação política [...] ação política e Estudos Culturais não são necessariamente inter-relacionados” (p.278). Gestado no combate às concepções dominantes de cultura videntes até a Segunda Guerra, as quais, como já ressaltai, tinham um caráter eminentemente elitista, este projeto se configura a partir do pensamento de acadêmicos da esquerda política britânica. Trazia, contudo, já nas análises de seus primeiros pensadores, uma rejeição às formas mais ortodoxas do marxismo, especialmente àquelas demasiadamente circunscritas à luta de classes e às relações de produção.

Segundo Storey (1997), nos anos iniciais do Centro de Birmingham, Hall referia-se aos Estudos Culturais como “um outro jeito de fazer política”, o qual estaria, a partir dos anos 1970, marcado por uma práxis institucional inspirada nos intelectuais orgânicos de Gramsci. Tony Bennet (1997) discorda desta leitura de Hall porque considera que os Estu-

dos Culturais são um projeto levado a efeito por intelectuais acadêmicos. Precisamos considerar, porém, as várias menções de autores e autoras a migrações dos Estudos Culturais de cursos de pós-graduação para cursos de graduação, das universidades para diversificados grupos de pesquisa, seja vinculados a movimentos sociais, a federações de trabalhadores ou a grandes empresas da mídia.

Como se pode perceber, tanto por esses últimos relatos que faço quanto por tantos outros apresentados ao longo do texto, parece que a tônica, desde os primórdios, nos Estudos Culturais, tem sido uma grande dispersão. Enquanto alguns vislumbram sua ênfase na política, outros a vêem na pesquisa e esses e outros, ainda, a situam na pedagogia, isto tudo sem citar aquela perspectiva já rotulada como oportunista, fisiológica e eleitoreira.

Fala-se de uma crise nos Estudos Culturais, conseqüência, segundo a análise de alguns dos autores e das autoras que venho mencionando, do abalo do paradigma marxista — o maior ponto de referência dos Estudos Culturais britânicos. A crise teria sido desencadeada não só pelas críticas pós-modernas às pressuposições teleológicas, essencialistas, economicistas e eurocêtricas dos marxismos, como também à sua pretensão metanarrativa e à sua posição no projeto iluminista. Além disso, o descrédito de grande parte dos projetos socialistas do Leste Europeu teria fustigado as discussões.

Mesmo assim, o debate sobre o marxismo nos Estudos Culturais continua aberto. Angela McRobbie (1995) diz, por exemplo, que críticas como as de Jameson (1996) e Harvey (1993) não são produtivas para esses Estudos porque significam a volta a um tipo de marxismo que coloca as relações e as determinações econômicas acima das relações culturais e políticas, posicionando estas últimas em um mecanicismo. A perspectiva de McRobbie é, de certa forma, corroborada pelo esclarecimento de Hall (1992) de que nunca teria havido um momento anterior em que marxismo e Estudos Culturais estivessem perfeitamente ajustados. Desde o início teria havido grandes inadequabilidades teóricas e políticas, pois temas preferenciais dos Estudos Culturais, como cultura e linguagem, por exemplo, foram silenciados no marxismo. Na sua origem, os Estudos Culturais marcaram uma dupla rejeição: se opuseram, por um lado, ao elitismo da “alta cultura” e da “grande tradição” e, por outro, ao reducionismo do severo determinismo econômico marxista.

Neste mesmo panorama de debates, contudo, o conceito gramsciano de hegemonia continua sendo inspiração para alguns estudos, ocorrendo paralelamente a isso um alerta à necessidade de revisá-lo. McRobbie (1995) faz referência à oportunidade da crítica de Laclau a Gramsci, tendo em vista dar conta de uma concepção mais democrática de mudança social na qual nenhum grupo social seja detentor de um lugar privilegiado como agente de mudança. Segundo a autora, os escritos mais recentes de Laclau — em que se verifica o abandono de certa rigidez e ausência da tirania da teoria — estariam possibilitando um grau maior de abertura nos debates de inspiração marxista dentro dos Estudos Culturais.

Para McRobbie (1995), os Estudos Culturais estão sendo radicalmente transformados e os debates mais recentes de inspiração pós-moderna estariam substituindo as abordagens mais triviais de ideologia e hegemonia. Ela argumenta contra a volta a formas reducionistas de análises econômicas, contra aqueles estudos sobre o consumo interpretado excessivamente em termos de prazer e construção do sentido e admite o risco de um certo tipo de populismo cultural edificado sobre a noção de que tudo que é consumido e é popular seja, necessariamente, de oposição. A desconstrução e o afastamento de concepções edificadas sobre os binarismos são vistos por ela como formas de trabalhar no campo político com novos conceitos e com um novo conjunto de métodos nos estudos culturais.

A respeito dos métodos, Nelson, Treichler e Grossberg (1995) afirmam que assim como os Estudos Culturais “não têm qualquer garantia sobre quais são as questões importantes a serem feitas em dados contextos, nem como respondê-las” (p.10), nenhuma metodologia é especialmente recomendada ou utilizada com segurança. Segundo suas observações,

A análise textual, a semiótica, a desconstrução, a etnografia, entrevistas, a análise fonêmica, a psicanálise, a rizomática, a análise de conteúdo, o survey — todas podem fornecer importantes *insights* e conhecimentos. (p.10)

Nas inúmeras análises em circulação nas publicações mais recentes, é possível perceber a fecundidade das abordagens pós-estruturalistas que se utilizam das concepções de poder e discurso de Michel Foucault, bem como daquelas tendências do pensamento pós-moderno que, a partir da “virada lingüística”, têm se concentrado nas questões

da linguagem e da textualidade. A qualidade política deste tipo de análise é ainda controversa, particularmente em núcleos acadêmicos cristalizados em certa ortodoxia marxista que não consegue admitir qualquer tipo de luta política oposicionista fora da “experiência vivida” ou das chamadas “práticas concretas”. Contudo, considerar a análise dos textos culturais como formas de expor mecanismos de subordinação, controle e exclusão, que produzem efeitos cruéis nas arenas políticas do mundo social,¹³ é uma posição que já tem extraordinária ressonância no cenário internacional.

O que podemos observar neste tumultuado panorama apresentado é que os Estudos Culturais parecem ser intensamente permeáveis às mudanças históricas, à diversidade de ênfases problemáticas em diferentes momentos e geografias, e têm se caracterizado pelo debate amplo, pela divergência e pela intervenção. As discussões iniciais, fortemente impulsionadas pela centralidade da problemática de classes sociais, foram sendo mescladas, diversificadas e até mesmo substituídas por outras questões e temáticas. A imensa disseminação e a sofisticação tecnológica de artefatos culturais, como o cinema, a televisão e a telemática, por exemplo, nos últimos trinta anos, instigaram o surgimento de novas e produtivas formas de pesquisa e debate. Os estudos feministas, os estudos sobre racismo e as polêmicas interdisciplinares a respeito da construção social da sexualidade são algumas das arenas da política cultural nas quais as discussões adquiriram grande visibilidade e tiveram o leque de suas possibilidades de problematização e estudo grandemente ampliado. Hoje, poderíamos afirmar com segurança que o problema mundial das questões étnicas e raciais colocou esta temática no centro das análises dos Estudos Culturais. Haveria outro campo temático em que a sensibilidade às “dores do mundo” seja mais apurada? Além das questões raciais implicadas nos vários conflitos que diariamente estão acontecendo em nosso país, a guerra étnica em andamento no meio da Europa, às vésperas do novo milênio, está dentro das nossas casas, com suas versões inventadas e reinventadas pelos textos jornalísticos, televisivos e telemáticos. Não há como não nos envolvermos com ela, de uma ou de outra maneira. Exa-

¹³ A esse respeito, ver Costa, 1998.

miná-la como um texto cultural é uma das nossas formas de participar das lutas políticas por uma sociedade menos discriminadora e excludente. Os Estudos Culturais e sua multiplicidade de possibilidades analíticas são, certamente, uma das chances que temos de não nos tornarmos meros espectadores do extermínio que está sendo praticado em nome da mediação de uma política racista com poucos precedentes.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, Mathew. *Culture and anarchy*. London: Cambridge University Press, 1960.
- COSTA, Marisa V. Currículo e política cultural. In: *O Currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- BENNETT, Tony. Putting policy into cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- FISKE, John. British cultural studies and television. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FROW, John; MORRIS, Meaghan. Australian cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- GROSSBERG, Lawrence. The circulation of cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- HALL, Stuart. Cultural studies and the centre; some problematics and problems. In: HALL, Stuart, et al. (Eds.). *Culture, media, language*. London: Hutchinson, 1980.
- _____. Cultural Studies and its theoretical legacies. In: GROSSBERG, Lawrence et al. (Eds.). *Cultural studies*. London: Routledge, 1992.
- _____. Cultural Studies: two paradigms. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- _____. Race, culture and communications: looking backward and forward cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997a.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. Harmondsworth: Penguin, 1990.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- JOHNSON, Richard. What is cultural studies anyway? In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.

- LEAVIS, Frank Raymond. Mass civilisation and minority culture. In: STOREY, John (Ed.). *Cultural theory and popular culture: A reader*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1994.
- LEAVIS, Q. D. *Fiction and the reading public*. London: Chatto & Windus, 1978.
- LONG, Elizabeth. Feminism and cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- McROBBIE, Angela. Pós-marxismo e estudos culturais. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- NELSON, Cary. Always already cultural studies: academic conferences and a manifesto. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- NELSON, Cary; TREICHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- O'CONNOR, Alan. The problem of American cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- ROONEY, Ellen. Discipline and vanish: feminism, the resistance to theory, and the politics of cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- SPARKS, Colin. The evolution of cultural studies... In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- STOREY, John (Ed.). *An introduction to cultural theory and popular culture*. 2.ed. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1997.
- _____. Estudos Culturais: introdução. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997a.
- TURNER, Graeme. 'It works for me': British Cultural Studies, Australian Cultural Studies, Australian Film. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. *Culture and society*. Harmondsworth: Penguin, 1963.
- _____. *The long revolution*. Harmondsworth: Penguin, 1965.
- _____. The future of cultural studies. In: STOREY, John (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2.ed. London: Arnold, 1997.